

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

EDITAL Nº 02/2026 – TCE/RN

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 252/2025 – GP/TCE, publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 3857, do dia 15 de setembro de 2025, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 3º e 7º, da Resolução nº 024/2021-TC, que institui e regulamenta o Programa de Estágio no âmbito do TCE/RN, torna público o caderno da prova objetiva e questão discursiva, bem como o gabarito preliminar, referente ao processo seletivo para preenchimento de vagas imediatas e formação de cadastro de reserva para estágio remunerado de pós-graduação na área de ciências contábeis no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN):

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1	B	11	A	21	B
2	B	12	C	22	D
3	A	13	C	23	D
4	C	14	B	24	C
5	B	15	C	25	A
6	C	16	A	26	A
7	C	17	D	27	B
8	D	18	B	28	D
9	B	19	D	29	A
10	C	20	C	30	B

Natal/RN, 09 de fevereiro de 2026.



José Walter da Fonseca
Presidente da Comissão
Portaria nº 252 /2025 – GP/TCE



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL Nº 001/2025 - TCE/RN)

ÁREA DE FORMAÇÃO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____

Instruções:

1. Este caderno contém 30 (trinta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais (parte I), 20 (vinte) questões sobre Conhecimentos Específicos (parte II) e 01 (uma) questão discursiva, conforme conteúdo programático contido no Edital. Verifique se seu caderno está completo e, caso contrário, informe imediatamente ao fiscal de sala.
2. Na folha de respostas das questões objetivas, o(a) candidato(a) deverá conferir seus dados, assinar seu nome no espaço reservado, transcrever a frase apresentada no espaço disponibilizado e preencher para cada uma das questões apenas o campo correspondente a letra que contém a resposta julgada correta.
3. Na folha de resposta da questão discursiva, o(a) candidato(a) deverá conferir seus dados, assinar seu nome no espaço reservado e responder à questão apenas no espaço indicado, limitando-se ao número de linhas disponíveis.
4. Não serão permitidas a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
5. Durante a realização das provas o(a) candidato(a) somente poderá portar a caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e documento de identidade original.
6. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
7. Será eliminado o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
8. Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
9. O(a) candidato(a) poderá portar garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
10. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
11. O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h30min após o seu início. A inobservância acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
12. O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 2h30min do início das provas.
13. Não será permitido anotar o gabarito em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas.
14. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

CADERNO DE PROVA OBJETIVA**PARTE I - CONHECIMENTOS GERAIS**

01. A autonomia do TCE/RN, segundo o Regimento Interno, refere-se principalmente à:

- A) possibilidade de editar leis próprias.
- B) independência funcional, administrativa e financeira.
- C) submissão hierárquica à Assembleia Legislativa.
- D) vinculação administrativa ao Poder Executivo.

02. As Câmaras do TCE/RN têm, em regra, a finalidade de:

- A) substituir o Pleno em todas as suas atribuições.
- B) julgar processos conforme a distribuição regimental.
- C) exercer funções disciplinares sobre servidores.
- D) deliberar sobre orçamento interno do Tribunal.

03. Compete à Presidência do TCE/RN, segundo o Regimento Interno:

- A) representar institucionalmente o Tribunal.
- b) julgar isoladamente processos de contas.
- C) exercer controle hierárquico sobre os Conselheiros.
- D) substituir automaticamente membros das Câmaras.

04. A Corregedoria do TCE/RN atua, principalmente, na:

- A) fiscalização externa de municípios.
- B) orientação pedagógica de gestores.
- C) supervisão disciplinar e correicional interna.
- D) análise contábil de contas públicas.

05. O Ministério Público junto ao TCE/RN tem como atribuição:

- A) representar judicialmente o Tribunal.
- B) fiscalizar a legalidade e defender o interesse público no âmbito do TCE.
- C) julgar contas municipais.
- D) exercer função administrativa.

06. Durante a análise das contas anuais de um município da Região Metropolitana de Natal, surgiu controvérsia relevante sobre a interpretação de normas internas do Tribunal. Diante da relevância institucional da matéria, o processo foi encaminhado para apreciação pelo

órgão competente. Conforme o Regimento Interno do TCE/RN, a competência para julgamento de matérias de maior relevância ou impacto institucional é do(a):

- A) Ouvidoria do Tribunal.
- B) Comissão Permanente competente.
- C) Tribunal Pleno.
- D) Primeira Câmara.

07. O TCE/RN promoveu, em Pau dos Ferros, curso voltado à capacitação de gestores e servidores municipais sobre boas práticas de execução orçamentária e controle da despesa pública.

De acordo com o Regimento Interno do TCE/RN, essa atividade é típica da atuação da:

- A) Corregedoria.
- B) Ouvidoria.
- C) Escola de Contas.
- D) Comissão Temporária.

08. Durante sessão da Segunda Câmara do TCE/RN, seu Presidente encontrava-se ausente por motivo justificado, surgindo dúvida quanto à condução dos trabalhos naquela sessão específica. Conforme o Regimento Interno do TCE/RN, a substituição do Presidente da Câmara, em caso de ausência, ocorre pelo:

- A) Conselheiro mais antigo da Câmara.
- B) Vice-Presidente do Tribunal.
- C) Conselheiro mais antigo da Câmara.
- D) Presidente do Tribunal.

09. Uma unidade administrativa do TCE/RN necessita de apoio para realizar um estudo técnico sobre novos critérios de depreciação de ativos do setor público. De acordo com a organização dos serviços técnicos e administrativos prevista no Regimento, assinale a alternativa que descreve corretamente a estrutura e subordinação:

- A) A Secretaria de Controle Externo é subordinada diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal, visando garantir a imparcialidade das instruções técnicas.
- B) A Secretaria de Administração Geral é o órgão responsável por planejar e coordenar as atividades de gestão de pessoal, contábil e financeira necessárias ao funcionamento do Tribunal, subordinando-se ao Presidente.

C) As notas técnicas para orientação dos jurisdicionados são expedidas exclusivamente pelos Gabinetes dos Conselheiros, sem participação da Secretaria de Controle Externo.

D) A Escola de Contas tem como finalidade exclusiva o julgamento de processos administrativos disciplinares aplicados aos servidores do Tribunal.

10. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte em um consórcio público intermunicipal da região do Seridó, verificou-se a aplicação de recursos estaduais transferidos por convênio para custeio de despesas administrativas. O gestor do consórcio sustentou que o TCE/RN não teria competência para fiscalizar a aplicação desses valores, pois o consórcio possui personalidade jurídica própria e não integra a administração direta estadual. À luz do Regimento Interno do TCE/RN, é correto afirmar que:

A) o TCE/RN não possui competência, pois apenas o Tribunal de Contas da União pode fiscalizar consórcios públicos.

B) o TCE/RN só poderia atuar mediante provocação da Assembleia Legislativa.

C) o TCE/RN possui competência para fiscalizar a aplicação de recursos estaduais transferidos, ainda que executados por ente com personalidade jurídica própria.

D) a fiscalização somente seria possível se o consórcio fosse integrado exclusivamente por entes estaduais.

PARTE II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. O mecanismo conhecido como "regra de ouro" nas finanças públicas visa impedir o desequilíbrio intergeracional e o endividamento excessivo para custeio da máquina pública. Constitucionalmente, a regra de ouro veda:

A) A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa.

B) A realização de despesas correntes superior às receitas correntes líquidas.

C) A abertura de crédito extraordinário sem a indicação dos recursos disponíveis.

D) O início de programas ou projetos não incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

12. O Tribunal de Contas ao analisar o Orçamento Público de um município, orienta que ele deve conter todas as receitas e todas as despesas daquele ente para o exercício financeiro, não sendo permitida a existência de orçamentos paralelos. A qual princípio orçamentário fundamental se refere essa orientação?

A) Princípio do Orçamento Bruto.

B) Princípio da Anualidade.

C) Princípio da Universalidade.

D) Princípio da Exclusividade.

13. O Princípio da Exclusividade determina que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. No entanto, a Constituição permite exceções a essa regra. Assinale a opção que apresenta corretamente as exceções permitidas ao Princípio da Exclusividade na LOA.

A) Concessão de aumentos salariais para servidores e criação de cargos públicos.

B) Autorização para abertura de créditos especiais e extraordinários.

C) Autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

D) Alterações no código tributário e isenções fiscais.

14. O Poder Executivo enviou ao Legislativo o projeto de lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, em um horizonte de 4 (quatro) anos. O instrumento de planejamento descrito se refere a:

A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

B) O Plano Plurianual (PPA).

C) A Lei Orçamentária Anual (LOA).

D) O Balanço Orçamentário.

15. Durante o ciclo de aprovação das leis orçamentárias, o contador explicou ao gestor responsável que existe uma lei anual responsável por orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A qual lei o contador se referiu?

A) Plano Plurianual (PPA).

B) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- C) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
D) Lei de Créditos Adicionais.

16. Um Auditor de Controle Externo do TCE/RN verificou que determinado órgão estadual registrou como receita orçamentária do exercício atual valores provenientes do superávit financeiro do exercício anterior. Tal procedimento pode gerar distorções na análise dos demonstrativos contábeis. Segundo o MCASP, assinale a alternativa correta.

- A) O superávit financeiro não é receita orçamentária, pois representa saldo financeiro de exercícios anteriores, podendo ser utilizado apenas como fonte para abertura de créditos adicionais.
B) O superávit financeiro deve ser registrado como ingresso orçamentário no exercício corrente.
C) O superávit financeiro compõe a receita orçamentária corrente, pois deriva de disponibilidade financeira.
D) O superávit financeiro é automaticamente registrado como receita extraorçamentária.

17. A autoridade fiscal de um determinado município identificou a ocorrência do fato gerador de um tributo. Diante disso, verificou a procedência do crédito fiscal, calculou o montante devido e a pessoa que lhe é devedora (sujeito passivo), além de inscrever o referido débito. Este ato administrativo corresponde a que estágio da receita pública:

- A) Arrecadação.
B) Recolhimento.
C) Pagamento.
D) Lançamento.

18. O contador precisa classificar as receitas públicas provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhoria que foram arrecadadas por um município. Do ponto de vista da classificação orçamentária das receitas por categoria econômica, como essas receitas devem ser categorizadas:

- A) Receitas de Capital.
B) Receitas Correntes.
C) Receitas Extraorçamentárias.
D) Receitas de Operações de Crédito.

19. O Estado alienou um imóvel de sua propriedade que não estava mais sendo utilizado, gerando uma entrada de recursos financeiros. Sob a ótica da classificação por categoria econômica,

essa receita proveniente da alienação de bens é classificada como:

- A) Receita Extraorçamentária.
B) Receita Corrente Patrimonial.
C) Receita Corrente de Serviços.
D) Receita de Capital.

20. O Contador verificou uma entrada de recursos nos cofres públicos proveniente de uma caução e identificou que os valores tratam de recursos que não pertencem ao ente, mas apenas transitam em caráter temporário, tendo o Estado apenas como depositário, que deve devolvê-los posteriormente. Essa entrada de recursos é classificada como:

- A) Receita de Capital.
B) Receita Corrente.
C) Ingresso Extraorçamentário.
D) Transferência Voluntária.

21. Durante a reforma de uma unidade básica de saúde, houve o conserto de portas, pintura e pequenos reparos gerais, sem ampliação da área física ou aumento relevante do potencial de uso do imóvel. O ordenador classificou a despesa no elemento 51 - "Obras e Instalações". Assinale a alternativa correta.

- A) Toda intervenção em imóvel deve ser classificada como obra.
B) Os gastos devem ser classificados como "Serviços de Terceiros", pois consistem em reparos e adaptações sem ampliação ou ganho significativo de capacidade do imóvel.
C) Reparos simples devem ser classificados como investimentos, independentemente do impacto.
D) A classificação correta é material permanente, pois os itens substituídos se incorporam ao imóvel.

22. Em auditoria realizada em uma câmara municipal, verificou-se que os valores descontados da folha de pagamento dos servidores a título de contribuição sindical foram contabilizados como despesa orçamentária ao serem repassados ao sindicato. O Auditor questionou o registro contábil. Assinale a alternativa correta.

- A) As contribuições só são consideradas extraorçamentárias quando se referem a servidores comissionados.
B) O repasse deve mesmo ser registrado como despesa orçamentária, por envolver saída de recursos públicos.

C) O repasse configura despesa de pessoal, por derivar dos vencimentos dos servidores.

D) O repasse das contribuições aos sindicatos é dispêndio extraorçamentário, pois consiste apenas na transferência de valores que foram retidos dos servidores.

23. Um órgão público deflagra um procedimento para aquisição de notebooks. Após a emissão da nota de empenho, o setor técnico responsável pelo recebimento dos equipamentos realizou a conferência da documentação, a certificação de que o bem recebido está conforme o contrato e atestou a respectiva nota fiscal. Nesse caso, houve a verificação pela Administração do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. No contexto dos estágios da despesa pública, qual etapa corresponde à verificação ou apuração da entrega do material ou prestação do serviço, servindo como pressuposto obrigatório para o pagamento?

- A) Dotação.
- B) Empenho.
- C) Fixação.
- D) Liquidação.

24. Ao encerrar o exercício financeiro, o setor de contabilidade identificou despesas que foram empenhadas e liquidadas (o serviço foi prestado), mas não foram pagas até 31/12. Em contrapartida, houve despesas apenas empenhadas (o serviço não foi prestado) e não pagas. Como devem ser classificadas, respectivamente, essas despesas?

- A) Restos a Pagar Inscritos e Restos a Pagar Reinscritos.
- B) Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados.
- C) Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados.
- D) Despesas de Exercícios Anteriores e Passivo Circulante.

25. No início do exercício, foi identificado que uma despesa empenhada no exercício anterior havia sido anulada, mas o compromisso com o fornecedor permaneceu e ainda precisava ser pago. O setor financeiro questionou o procedimento adequado. Assinale a alternativa correta.

- A) A despesa pode ser paga como Despesa de Exercícios Anteriores, à conta de dotação

orçamentária específica existente no exercício atual.

- B) A despesa deve ser simplesmente cancelada.
- C) A despesa deve ser empenhada novamente sem usar o elemento específico.
- D) Apenas despesas liquidadas podem ser pagas como DEA.

26. A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Um dos pontos cruciais é a vedação de contração de obrigação de despesa nos últimos dois quadrimestres do mandato. Essa vedação, prevista no art. 42 da LRF aplica-se caso a despesa:

- A) Não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.
- B) Seja referente a investimentos plurianuais já previstos no PPA.
- C) Tenha sido empenhada, liquidada e paga dentro do mesmo mês de competência.
- D) Seja relativa a serviços essenciais de saúde e educação, independentemente do valor

27. Durante auditoria, observou-se que o Poder Executivo ultrapassou 95% do limite de despesa com pessoal. O secretário de administração perguntou quais restrições passariam a vigorar automaticamente. Assinale a alternativa correta.

- A) Atingido o limite prudencial, a única restrição é impedir a realização de concursos públicos.
- B) Quando atingido o limite prudencial, ficam vedadas a concessão de vantagens, criação de cargos, alterações de estrutura de carreira que impliquem aumento de despesa, e provimento de cargos, salvo reposições nas áreas essenciais.
- C) O limite prudencial não traz restrições, apenas alerta o ente para monitoramento interno.
- D) O limite prudencial exige demissão imediata de servidores estáveis.

28. Ao fiscalizar o cumprimento dos limites da LRF, o Tribunal de Contas precisa verificar o que está incluído na Despesa Total com Pessoal (DTP) de um ente. O conceito é amplo e abrange não apenas os salários, mas também as obrigações acessórias. Para fins da LRF, a Despesa Total com Pessoal (DTP) de um ente federativo é o somatório dos gastos com o que se segue, EXCETO:

- A) O somatório dos gastos com inativos e pensionistas, incluindo os encargos sociais decorrentes.
- B) O pagamento de despesas relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, de qualquer natureza.
- C) Os valores decorrentes de adicionais, gratificações, horas extras, auxílios, abonos, e quaisquer outras vantagens permanentes ou variáveis.
- D) As despesas com o auxílio-alimentação pago diretamente em pecúnia ou mediante a concessão de passagens para transporte aos servidores, sejam ativos ou inativos.

29. O art. 20 da LRF estabelece a repartição dos limites globais para a Despesa Total com Pessoal (DTP) entre os Poderes e órgãos de cada esfera governamental. Para um Estado, como o Rio Grande do Norte, qual o limite percentual máximo estabelecido pela LRF para a Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas do Estado), calculado sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)?

- A) 3,0% (Três por cento).
- B) 6,0% (Seis por cento).
- C) 49,0% (Quarenta e nove por cento).
- D) 54,0% (Cinquenta e quatro por cento).

30. Durante uma auditoria, o Tribunal de Contas verificou que um município não disponibilizava em tempo real informações sobre sua execução orçamentária e financeira em meio eletrônico de acesso público. Com base nas exigências da LRF, assinale a alternativa correta.

- A) A divulgação eletrônica é facultativa ao ente federativo.
- B) A LRF exige transparência ativa, impondo a divulgação, em meios eletrônicos de acesso público, das informações sobre execução orçamentária e financeira, como condição para controle social.
- C) O ente deve apenas publicar relatórios resumidos em mural da prefeitura.
- D) A LRF exige apenas transparência passiva, mediante solicitação do cidadão.

QUESTÃO DISCURSIVA - ÁREA DE FORMAÇÃO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tema: Instrumentos de alteração do Orçamento: Créditos Adicionais

Contexto: A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento que materializa o planejamento da Administração Pública. No entanto, o orçamento não é uma peça estática ou imutável. A dinâmica da gestão financeira e a ocorrência de fatos supervenientes podem tornar as previsões iniciais insuficientes ou inadequadas. Diante disso, o ordenamento jurídico brasileiro prevê mecanismos que permitem a retificação da peça orçamentária durante a sua execução, garantindo a flexibilidade necessária para que o Gestor Público atenda às demandas da sociedade.

Enunciado: Considerando o contexto acima e com base na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964, redija um texto dissertativo abordando:

1. **Espécies de Créditos:** Identifique e classifique corretamente as espécies de créditos adicionais adequadas para solucionar cada uma das hipóteses de utilização, diferenciando-as quanto ao seu objetivo.
2. **Requisitos para Abertura:** Explique quais são os requisitos constitucionais e legais para a abertura dos créditos identificados no item anterior, discorrendo sobre a necessidade de autorização legislativa e a forma do ato de abertura.
3. **Fontes de Recursos:** discorra sobre as fontes de recursos aptas a viabilizar a abertura dos créditos adicionais.

[illegible]